

- FLUSSER, Vilém. *Jude Sein. Essays, Briefe, Fiktionen*, org. por Stefan Bollmann e Edith Flusser, Düsseldorf; Bensheim: Bollmann, 1995.
- FLUSSER, Vilém. *Zwiesgespräche. Interviews 1967-1991*, org. por Klaus Sander, Cöttingen: European Photography, 1996.
- FLUSSER, Vilém. *Von der Freiheit des Migranten. Einsprüche gegen den Nationalismus*, Bensheim: Bollmann, 1994.
- FLUSSER, Vilém. *A história do diabo*, São Paulo: Annablume, segunda edição, 2006.
- FLUSSER, Vilém. *Bedenlos. Uma autobiografia filosófica*, São Paulo: Annablume, 2007.
- FLUSSER, Vilém. "Anatol Rosenfeld", 1973, <http://www.dubitoergosum.xpg.com.br/a191.htm>, consultado em 20.01.2009.
- KESTLER, Izabela Maria Furrado. *Exílio e Literatura. Escritores de fala alemã durante a época do nazismo*, trad. Karola Zimber, revisão da tradução da autora, São Paulo: EDUSP, 2003.
- LACQUE-LABARTHE, Philippe; Nancy, Jean-Luc. *O mito nazista*, tradução Marcio Seligmann-Silva, São Paulo: Iluminuras, 2002.
- ROSENFELD, Anatol. "Introdução", *Entre dois mundos*, seleção e notas A. Rosenfeld, Jacó Guinsburg, Ruth Simis e Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, Perspectiva, 1967.
- ROSENFELD, Anatol. *Mistificações literárias: "Os protocolos dos sábios de Sião"*, São Paulo: Perspectiva, segunda edição, 1982.
- SELIGMANN-SILVA, Marcio. "De Flusser a Benjamin - do pós-aurático às imagens técnicas", in: *FLUSSER STUDIES* 08, 2009, <http://www.flusserstudies.net/pag/08/seligmann-flusser-benjamin.pdf>
- SELIGMANN-SILVA, Marcio. "Construir pontes para fora da Heimat: Vilém Flusser e as marcas de seu exílio", in: *Mobilidades culturais: agentes e processos*, org. Ivete Lara Camargos Wally; Maria Zilda Curry; Sandra Regina Goulart Almeida, Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009b, 155-73.

## Sobre a apatridade da escrita: Flusser/Borges em perspectiva

Pablo Gasparini\*

Pensar Flusser a partir do âmbito do literário, âmbito no qual esse autor introduziu-se não apenas a partir de suas apreciações sobre a literatura brasileira em *Bedenlos*, mas também a partir de suas recorrentes reflexões sobre o discurso poético, supõe lê-lo – em linha com os já clássicos Conrad, Nabokov e Beckett – como um autor políglota que faz da autotradução uma forma de esquivar-se de qualquer tipo de pertença linguística. Assim, partindo deste âmbito de reflexão, talvez seja menos produtivo perguntar qual seria, afinal, a língua desse políglota (alemão, tcheco, português, inglês, hebraico?) do que indagar sobre a forma como esse políglotismo afeta a elaboração de sua própria língua ensaístico-literária. Por outro lado, dentro do específico âmbito literário latino-americano, este “estar entre línguas” poderia ser dito a partir da célebre anedota que Borges costumava contar sobre sua experiência de leitura do *Don Quixote* de Cervantes: lido na moidade em uma tradução para o inglês, o “original” em espanhol sempre seria para Borges “inferior” àquela primeira leitura em língua inglesa; língua que, como sabemos, foi para Borges – junto, talvez, ao alemão – objeto de particular honra e reflexão.

Desse modo, certa comum “desconstrução” do original e da crença em uma língua e texto original parece estabelecer-se em um parâmetro comum para a leitura cruzada de Flusser e de Borges, e, de fato, ensaios borgeanos como “*Las versiones de Homero*” ou “*Los traductores de las mil y una noches*” poderiam ser objeto, no que têm de apreciação da tradução como multiplicadora (re)leitura do “original”, de uma “conversação” tipicamente flusseriana.

Nestas breves páginas pretendo, contudo, adentrar-me menos nessa conversação do que ilustrar o ideal de língua (ou, melhor dizem-do, de trabalho com a língua) de Flusser a partir da ocasional sintonia entre certas experiências de retradução naquela que foi, talvez, a principal obra que Flusser desenvolveu no Brasil, *Língua e realidade*, e um análogo jogo linguístico na trama de um texto de ficção de Borges, especificamente o relato *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius*, inserido em *El jardín de senderos que se bifurcan* (1941). Como veremos, os implícitos e limites que supõem tais deslocamentos linguísticos não são centrados apenas para as concepções de Flusser sobre a tradução, como também para poder pensar seu próprio projeto de escritura “apátrida” em português, além de, em linhas gerais, parecerem enquadrar e ilustrar as próprias propostas literário-culturais de Flusser e de Borges.

Como talvez o leitor se recorde, na ficção elaborada por Borges no relato mencionado, o mundo idealista de Tlön não admite subtantivos (pois isto estaria supondo a existência *a priori* do mundo objetivo) e tolera apenas “verbos impessoais, qualificados por sufixos (ou prefixos) monossilábicos de valor adverbial” (p.435). Para ilustrar tão singular língua, o narrador nos diz que a sentença em espanhol “*Surgiu la luna sobre el río*” poderia ser traduzida para o idioma austral de Tlön nos seguintes (e enigmáticos) termos: “*hlor u fang axaxax mló*”. Para ter certo vislumbre da língua de Tlön, o narrador retraduz então a sentença para o espanhol – uma operatória que converte “*Surgió la luna sobre el río*” em “*hacia arriba detrás duradero-fair-lu-nerio*” (frase que, segundo Borges, Xul Solar traduziria mais precisamente como “*upa tras perfayue lund*”, oferecendo ainda uma versão em inglês: *Upward, behind the onstreaming it mooned*). Até aqui o texto literário. Contudo, o mesmo efeito de estranhamento que produz o espanhol “filtrado” pela lógica da língua de Tlön pode ser encontrado nas retraduições que Flusser, em *Língua e realidade*, realiza – seguindo o critério lexical – de algumas traduções de sentenças

em português para o alemão. Assim, a sentença em alemão “*dabim mit Furcht der Anfrage was ich gebe machen dem Zahner morgen*”, tradução lexical da frase em português “Estou com medo da consulta que vou fazer ao dentista amanhã”, poderia ser retraduzida nesta língua como “eu receio-me diante da amanhanesca pesquisa perto do dentomé-dico” (p.60). A conclusão de Flusser é evidente: longe de promover as traduções lexicais (que em *Língua e realidade* são utilizadas metodologicamente para demonstrar as divergências ontológicas entre as línguas), a tradução deve ser “significativa”, conceito que em Flusser, como veremos, supõe uma série de matizes e de cuidados que distanciam-no dos riscos, nas palavras de Márcio Seligmann-Silva (2005), de submeter “o outro” à lei da casa, isto é, o risco de anular a língua de partida em prol de uma suposta transparência na língua de chegada.<sup>1</sup>

Estas rápidas considerações sobre o conceito de tradução em Flusser permitem entrever, no meu entender, uma diferença radical com respeito à maneira como, ao menos em certas zonas da literatura brasileira (pensemos no português italianizado de Juó Bananete ou noportunhol “malhado” de guarani de Wilson Bueno em *Mar Paraguayo*), a língua do imigrante é expressa de modo distorcido e deformante. De fato, refletindo sobre a tradução lexical, Flusser afirma que:

Este tipo de tradução é grotesco. Por quê? Revela a personalidade de uma língua nos traços de outra. A sensação do grotesco, do impossível e do irreal, a qual sentimos, em grau menos acentuado, quando ouvimos falar uma língua por quem não tem o seu governo, é prova da força ontológica, enfim, da autenticidade de toda língua. (*Língua e realidade*, p.61)

Colocada esta opinião, seria difícil acreditar que Flusser aprovasse o macarronismo com o qual se acostumou a representar a “performace” linguística dos setores imigrantes, sujeitos – segundo uma abjeta e estereotipada representação – sempre dados a minar a memória linguística local com o sarcoma de sua memória migrante. Mesmo quando, inclusive em Flusser, os efeitos do “erro” poderiam ser considerados libertadores – uma vez que impugnam a fechada razão do nacionalismo (considerado por Flusser, em *História do diabo*, como “uma máscara romântica da luxúria” (p.85), e em *Bodencos* como uma “doença estética”, p.234) e abrem o devir identitário –, podemos pen-

sar que este poliglota linguista rejeitaria o caráter aleatório e aparentemente imprevisível surgido do equívoco lexical. Diferentemente do “ruído” proporcionado por tal equívoco, a “libertação da língua” passa para Flusser menos pela celebração do estranhamento do que supõe a intervenção lexical da língua de partida na língua de chegada (tal como ocorre nas citadas retraduições ou no “erro” de quem fala, como – aparentemente – o imigrante, “uma língua nos trajes de outra”) que por um consciente “engajamento contra a sintaxe” (p.77). Uma preferência que fica clara quando em sua nota biográfica sobre Guimarães Rosa (uma de suas mais prezadas amizades brasileiras), deslegitima os neologismos roseanos (“muito ambivalentes e perigosamente próximos de jogos de palavras baratos”, *Bodenlos*: p.136) para exaltar “a ruptura da sintaxe alcançada por Rosa”, ruptura pela qual a língua portuguesa se tornaria “autoconsciente e virada contra si própria” (p.137). Por outro lado, se o macarronismo, entendido como uma espécie de travestismo linguístico (“uma língua nos trajes de outra”), parece auspicar a exterioridade das línguas colocadas em jogo e possibilitar a afluência de sentidos pelo livre jogo de significantes, a crítica de Flusser ao que entende ser certa restrição dos concretistas aos aspectos materiais da palavra poderia ser entendida como certa resistência do autor a expressar-se a partir da liberalidade promovida pela sempre dissonante materialidade macarrônica.

Nesse sentido, embora Flusser valorize as “experiências concretistas” por “permitirem técnicas de tradução de textos estrangeiros (por exemplo, os de Joyce e dos formalistas russos)” (*Bodenlos*: p.148), o mesmo filósofo presente, com relação à reticência antes apontada, que “É como se os concretistas (e Haroldo de Campos principalmente) não se permitissem o ‘luxo’ de serem arrebatados pelo mistério da palavra. Nisto são o exato contrário de Rosa, que se tornou vítima do poder misterioso da palavra” (p.149).

Estas observações, nas quais, apesar de valorizar o significado do concretismo para a cultura brasileira, se aponta, principalmente em Haroldo, certa manipulação ou reticência a entregar-se ao que Flusser chama de “mistério”, completam, acredito, a concepção de Flusser sobre a tradução e, por extensão, sobre seu ideal de prática linguística. Aparece aqui certa dinâmica de equilíbrio entre as línguas colocadas em contato, pois se a tradução supõe a tentativa de recriar o original, isso seria alcançado não tanto pela mera gravação da língua de par-

tida sobre a língua de chegada (que propiciaria o referido travestismo linguístico), mas sim pela revelação mútua de que uma determinada língua exerceria sobre a outra. Assim, se, por um lado, Flusser discorda, por exemplo, das traduções de Guimarães Rosa para o alemão ou para o italiano – pois estas colonizariam o original em nome dos estereótipos culturais e linguísticos da língua de chegada (fazendo assim desse autor “uma espécie de regionalista exótico e tropicalizante”, p.142) –, por outro deixa claro que, longe de pretender a mítica transparência e “naturalidade” de um nativo, a riqueza do português (ou, em termos de Flusser, “a libertação de seu mistério”) se daria pela submissão dessa língua a um ritmo “outro”. O projeto de hexametrização “rcheça” do português, que Flusser diz ter sido realizado como um projeto de escritura consciente nesta língua, constitui-se assim no necessário reverso de sua resistência à extremamente, segundo Flusser, fácil (e sempre involuntária) experiência macarrônica.

Dessa maneira, longe do “grotesco” da inserção de palavras “outras” na trama textual (longe, para seguir o que foi dito por Melman, de conservar uma “diferença de culto” que suporia a honra de uma determinada origem), mas também longe da pretensão de escrever como um nativo (simulando a honra a um novo pai e a uma nova pátria), o português de Flusser pode ser entendido precisamente como o português de um apátrida, daquele que embora submeta sua língua ao exercício de depuração que suporia sua abertura a outras possibilidades linguísticas, admite (ao mesmo tempo) a necessidade de afetar e modificar a nova língua: um caminho de “mão dupla” que recorda o “princípio de dupla inversão” exercido por Hölderlin em suas célebres traduções de textos gregos para o alemão. De fato, partindo da convicção de que “o uso “livre do próprio” é o que existe de mais difícil”, o poeta alemão sustenta que “o próprio deve ser tão aprendido quanto o estrangeiro” (p.36), propondo a libertação do elemento próprio (e portanto não explícito) que Flusser, com respeito ao português, via nas ocultas possibilidades semânticas que a submissão dessa língua a um ritmo “outro” poderia revelar. Diferentemente da ênfase que a recriação colocaria (segundo Flusser, um pouco mecanicamente) na desnaturalização do próprio por influência do outro (aquilo que a aproxima, em certo sentido, da “entremescada” fala imigrante), o “outro” em Flusser é entendido como um vetor que revelaria o segredo (o “mistério”) escondido no próprio e que o manto quase impenetrável do hábito protegeria como seu bem mais valioso.

Nem imigrante (em aparente caminho à assimilação compulsória) nem estrangeiro (com o “classista” privilégio, segundo Abdelmalek Sayad (1998), da conservação de sua diferença<sup>3</sup>), o “apátrida” sem fundamento de Flusser figura-se essencialmente como um tradutor conscientemente – pela língua de partida), mas que também busca provocar a abertura da língua de partida, a revelação de seu mais recôndito segredo, através do libertador vislumbre de possibilidades induzido pelo instante benjaminiamente sagrado da tradução (dito também por Flusser como aquele “instante ontologicamente inconcebível da suspensão do pensamento”, *Língua e realidade*: p.58). Nem imigrante, nem estrangeiro; nem forçada assimilação nem culto da diferença, a prática da tradução como dialética entre o “próprio” e o “alheio” revela em sua fluida condição apátrida talvez a mesma proposta que Borges em “*El escritor argentino y la tradición*” expunha para a produção literária do “escritor sul-americano” cuja situação, segundo o autor de *Ficciones*, era equivalente à extraterritorialidade dos escritores “irlandeses na cultura da Inglaterra” (p.273) ou, paradigmaticamente – seguindo uma tese de Thorstein Veblen – “à preeminência dos judeus na cultura ocidental” (p.272): isto é, por outros caminhos, e deslocando os exemplos do próprio Borges, os multilíngues irlandeses Joyce e Beckett e, pelo lado judeu, por que não, o poliglota praguense/brasileiro Vilém Flusser.

\***Pablo Gasparini** - Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP. Graduado em Letras pela Universidad Nacional de Rosario (UNR, Argentina). Possui mestrado e doutorado em Letras (Lingua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) pela Universidad de São Paulo (1999 e 2004). Fez pós-doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (2004-2008). Os seus temas de pesquisa estão focados na questão do exílio (publicou *El exilio procaz: Gombrowicz por la Argentina*, Beatriz Viterbo, 2007) e na problemática do deslocamento linguístico/literário. Possui artigos sobre o tema em várias revistas especializadas (*Revista Iberoamericana*, *Hispanérica*, *Remate de males* etc.). Entre outros autores estudados estes artigos focam a produção de Néstor Perlongher, Juan Rodolfo Wilcock, Antonio Porchia, Héctor Bianciotti, Copi, Vilém Flusser, Witold Gombrowicz e Augusto Roa Bastos.

#### NOTAS

1. A propósito, em sua leitura “cultural” das operatorias da tradução, Seligmann-Silva (2005) sustenta que a tradução na tradição da *belle infidèle* pode ser entendida como “colonizadora da língua de partida” já que, assentando-se sobre a exigência de transparência, “submete o ‘outro’ à lei da casa” (p.209).

2. Carta de Hölderlin a Böhlendorf (de 4 de dezembro de 1801) em Friedrich Hölderlin, Werke, Briefe, Dokumente, 4a. ed., München: Winkler Verlag, 1990, pp.788. Citação e tradução de Seligmann-Silva (1999), pp.35-36.

3. De acordo com Sayad (1998), enquanto o imigrante é aquele em quem “os efeitos da condição social dobram os efeitos da origem nacional” (268), o estrangeiro seria aquele em quem os efeitos da condição social anulam os efeitos da origem nacional e, portanto, é tratado sempre “com o respeito devido a sua qualidade de ‘estrangeiro’” (p.244).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, J.L. “*El escritor argentino y la tradición*” e *Tiön, Uqbar, Orbis Tertius* en *Obras Completas*. Buenos Aires: Emecé, 1973.
- FLUSSER, Vilém. *A história do diabo*. São Paulo: Annablume, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Bodens: uma autobiografia filosófica*. São Paulo: Annablume, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Língua e realidade*. São Paulo: Annablume, 2007.
- MELMAN, Charles. *Imigrantes. Incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta, 1992.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração (ou Os paradoxos da alteridade)*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Globalização, tradução e memória” em *O local da diferença. Ensaços sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005. pp. 205-213.